

CEMITÉRIO DOS VIVOS: REPRESENTAÇÕES DO AUTORITARISMO

Cemetery of the living: representations of authoritarianism

Fabiano da Silva Costa¹

Resumo: Neste artigo pretendo criar um diálogo entre o escritor Lima Barreto e o tema “literatura e autoritarismo”, demonstrando como o escritor transporta para seu texto o autoritarismo presente em sua época, vislumbrando o manicômio como um dos lugares de manifestação deste autoritarismo. Para tanto utilizarei como ponto de partida e referência a obra da escritora Daniela Arbex, *Holocausto brasileiro* (2013) e como *corpus* literário utilizarei a obra póstuma e inacabada *Cemitério dos vivos* (1957), de Lima Barreto. Politicamente, o manicômio é o local utilizado pelas autoridades para calar os indesejados, separá-los da sociedade considerada sã e ideal para formar aquilo que Miskolci chama de “o desejo da nação” (2012). É o local das vozes dissonantes. É uma das únicas possibilidades de existência contraditória dentro de um sistema repressivo. Não apenas livres de encararem uma sociedade real, mestiça, pobre, não europeia, que não se desejava, mas livres da manifestação de ideias que iam contra seu projeto de nação futura. Resta aos indesejados – como Lima Barreto –, a condenação ao silêncio intelectual, mas este tenta, por meio da literatura, explicar a sociedade na qual está inserido. É a visão do silenciado e contingenciado que procuramos destacar neste trabalho.

Palavras-chave: Cemitério dos vivos; escrita panfletária; Lima Barreto; violência.

Abstract: In this article I intend to create a dialogue between writer Lima Barreto and the theme "Literature and authoritarianism", demonstrating how the writer transports to his text the authoritarianism present in his time, glimpsing the asylum as one of the places of manifestation of this authoritarianism. For that I will use as a starting point and reference the work of the writer Daniela Arbex, *Brazilian Holocaust* (2013) and as a literary corpus I will use the posthumous and unfinished work *Cemetery of the Living* (1957), by Lima Barreto. Politically, the asylum is the place used by the authorities to silence the unwanted, to separate them from the society considered sound and ideal to form what Miskolci calls the "desire of the nation" (2012). It is the place of the dissonant voices. It is one of the only possibilities of contradictory existence within a repressive system. Not only were they free to face a real, mestizo, poor, non-European society that was not wanted but free from the manifestation of ideas that went against their future nation project. It is left to the unwanted - like Lima Barreto - the condemnation of intellectual silence, but this one tries, through literature, to explain the society in which it is inserted. It is the vision of the muted and contingency that we seek to highlight in this work.

Keywords: Cemetery of the living; pamphlet writing; Lima Barreto; violence.

No artigo “Imagens da Tortura”, de Jaime Ginzburg, o autor recorre à ideia de que a obra de arte, na tradição, deveria ter “um papel importante na afirmação de valores positivos” (GINZBURG, 2003, p. 1) e no princípio de idealização do belo. Essa visão da arte não permitia que a literatura representasse certas realidades presentes do mundo.

O autor prossegue afirmando que,

¹ Doutorando em Letras (UNESP). E-mail fabiuensp@yahoo.com.br.

Como mostrou Hugo Friedrich, no século XIX, escritores adotam recursos e estratégias de composição que podem ser descritas apenas com categorias negativas, afastando o princípio da idealização, bem como a percepção da unidade da obra de arte como uma forma orgânica e coesa (GINZBURG, 2003, p. 1).

Ou seja, a representação do belo, do ideal e de valores positivos não seria apenas a única alternativa para a arte e, em nosso caso, para a literatura. A partir de então “encontramos obras em que, de diferentes maneiras, é operada uma ruptura com essa tradição” (GINZBURG, 2003, p. 1). Desta forma, foi possível falar sobre questões que a sociedade considerava como tabu, construindo uma estética própria na literatura mesmo dentro daquilo que se considerava “abjeto”, ou que causava grande incômodo aos leitores, por exemplo, as guerras, o sofrimento de quem foi torturado, a fome dos miseráveis, a luta de classes, o comportamento sexual dos indivíduos.

Alguns autores utilizaram largamente esta oportunidade de usar a literatura para fazer a representação do “abjeto” e do “não belo”. Entre eles está Lima Barreto, escritor carioca que no início do século XX soube como ninguém dar voz aos excluídos e narrar a opressão autoritária que os sucessivos governos da velha república aplicavam sobre sua própria população. Ele mesmo, vítima dessa opressão do Estado, resolveu contar suas experiências não por autobiografia ou relatos panfletários, mas através da ficção literária.

Em sua obra *Cemitério dos vivos*, Lima conta aquilo que Ginzburg chama de “o inominável e o sem-limite”, que aparecem nas obras que se propõem a “não nos elevar, mas ao contrário, nos levam a encarar os fundamentos da experiência humana” (Idem, p. 2).

Lima Barreto viveu em uma época conturbada em que, apesar de ser considerada oficialmente como um período democrático, os primeiros anos da república foram construídos com a “mão forte” de quem ocupava o governo; a censura e o controle das mídias existentes eram uma constante, e escritores que não se encaixassem nas exigências oficiais eram relegados ao ostracismo pelas casas editoriais, que, em sua maioria, estavam nas mãos de políticos ou parentes destes, assim como os grandes jornais da época. Desta forma, Lima Barreto foi relegado a um

grande ostracismo em seu tempo, sendo resgatado², em parte, apenas na década de 1970 em plena ditadura militar por escritores como João Antônio (SILVA, 2005, p. 184).

Além do ostracismo havia outros métodos para calar as vozes da oposição: as prisões políticas e as internações manicomiais. As primeiras eram para militantes políticos que arriscavam a própria vida tentando derrubar um governo que consideravam corrupto e ditatorial. O segundo método era esconder os chamados indesejados da sociedade. Chamo de método porque, como veremos adiante, foi uma prática sistêmica aplicada pelo Estado sobre seus cidadãos. Uma prática racionalizada, sistematizada e planejada, que tinha por fim o isolamento de indivíduos que eram considerados inadequados por setores da sociedade brasileira. É sobre este método de violência estatal e autoritária que irei tratar aqui, e de que forma o escritor Lima Barreto enfrentou o desafio de expressar e narrar esta violência que sofreu por ser um indesejável em seu próprio país. Lima realiza aquilo que Seligmann-Silva (2008, p. 66) chama de “necessidade absoluta do testemunho”. Essa necessidade está ligada à preservação da memória histórica e também funciona como uma forma de aliviar o trauma.

Contar o horror vivido ao outro é o que motiva Lima Barreto a escrever aquilo que sofreu durante suas duas internações em diferentes manicômios. Internações estas que foram motivadas pelo alcoolismo crônico³ (BARRETO, 2010, p. 44), mas sugiro que as razões oficiais para sua internação pouco importam se considerarmos o contexto em que funcionavam estas casas manicomiais no começo do século XX.

Para entender esta relação entre Estado e manicômio devemos olhar atentamente o livro *Holocausto brasileiro* (2013), de Daniela Arbex. Nele, a jornalista traz uma descrição crítica de como funcionou o Hospital Manicomial de Barbacena, conhecido como “Colônia”, no interior de Minas Gerais. O que chama a atenção no livro, para a proposta deste texto, é a clara utilização política do referido local: uma

² “Enfim, a crítica literária da época fez vista grossa para o protagonismo que Lima Barreto desempenhou como intérprete da alma carioca em especial e da alma brasileira em geral. Esse equívoco seria revisto, depois, com a biografia *A Vida de Lima Barreto*, escrita por Francisco de Assis Barbosa, que também se encarregou de resgatar a obra de um dos nomes mais relevantes da literatura brasileira do século XX. Diversos críticos — como Antônio Candido, Osman Lins, Alfredo Bosi e Beatriz Resende — dariam uma contribuição decisiva para o resgate de Lima Barreto e seus escritos então relegados ao ostracismo”. (ZARFEG, 2017).

³ “Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza de que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio”.

espécie de prisão para onde iam aqueles que eram indesejados por certos setores da sociedade e precisavam ser isolados, fossem inimigos políticos, militares ou do Estado.

Quem eram os indesejados naquele contexto histórico? Segundo Miskolci (2010), havia, por parte dos governos e dos intelectuais, uma noção de como gostariam que o país fosse e como queriam ser representados. Essa ideia de identidade “integral, originária e unificada” foi utilizada pelo Brasil no final do século XIX para estabelecer aquilo que Miskolci chamou de “desejo da nação”: branca, heterossexual, “[...] hostil ao seu passado e, [...] hostil à sua população, recusada e temida como parte do que se queria superar” (MISKOLCI, 2010, p. 21). Cada setor da sociedade tinha o desejo de superar certas realidades presentes no país que, segundo eles, representavam seu atraso: para o governo, o problema estava na população pobre e mal-educada; para o rico, o problema estava no pobre “preguiçoso”; para o homem, o problema estava na mulher, fonte de tentações e luxúria; para o heterossexual, o problema estava na homossexualidade, principalmente entre os jovens; para os escritores tradicionais, o problema estava nos novos escritores que buscavam outras formas de escrita de representação.

Os valores assumidos por quem detém o poder são valores positivos do seu ponto de vista e servem de modelo referencial para que haja adequação: a quem não se encaixa neste modelo só resta aceitar a identidade imposta e demonstrar obediência cega. Miskolci (2012) descreve qual modelo identitário o país assumiu como referência para os demais: homem, branco, heterossexual, chefe de família (patriarcal), obediente às autoridades constituídas.

Este era o desejo da nação, esta era a identidade oficial do país, o contrário disto era a diferença: mulher, negro, homossexual, mãe solteira (matriarcal), rebeldia e desobediência civil.

Aos diferentes que insistissem em não se adequar aos modelos estabelecidos restava a clausura, seja em cárcere privado em sua própria casa, ou nos muitos manicômios construídos e espalhados pelo país. No prefácio do livro de Arbex (2013), Eliana Brum fala sobre quem eram as típicas pessoas que acabavam presas no manicômio:

Eram um não ser. Pela narrativa, eles retornam, como Maria de Jesus, internada porque se sentia triste, Antônio da Silva,

porque era epilético. Ou ainda Antônio Gomes da Silva, sem diagnóstico, que ficou vinte e um dos trinta e quatro anos de internação mudo porque ninguém se lembrou de perguntar se ele falava. [...] Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (BRUM, 2013, p. 1 e 3).

Estar internado era a certeza de ser submetido à tortura, conforme descreve Brum:

Homens, mulheres e crianças, às vezes, comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, dormiam sobre capim, eram espancados e violados. Nas noites geladas da serra da Mantiqueira, eram atirados ao relento, nus ou cobertos apenas por trapos. Instintivamente faziam um círculo compacto, alternando os que ficavam no lado de fora e no de dentro, na tentativa de sobreviver. Alguns não alcançavam as manhãs. Os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias, os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município (BRUM, 2013, p. 2).

Estas situações extremas a que eram submetidos contribuem para a ideia de que eram sistematicamente submetidos a algum tipo de tortura, algo bem intencional e não causado pelas péssimas condições do local. A primeira providência em relação aos internos era desumanizá-los, tirando-lhes a identidade, o nome, qualquer traço de individualidade, tornando-os uma massa amorfa de criaturas que em nada se comparariam com as que estavam do lado de fora dos muros. A desumanização precede a tortura física: só é possível dar tratamento não humano aqueles a quem consideramos não humanos. Um dos primeiros a denunciar o manicômio de Barbacena foi um psiquiatra que ali trabalhou, chamado Ronaldo Simões Coelho; este foi um dos

primeiros a pedir o fim do hospício: “O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja a sua forma”. (2013, p. 3).

O escritor carioca Lima Barreto teve sua experiência ao ser internado duas vezes em hospitais manicomiais. A primeira ocorreu em 1914 no Hospital Nacional dos Alienados no Rio de Janeiro, mais especificamente na Praia Vermelha, Urca; a segunda internação foi em 1919, esta “voluntária” no mesmo Hospital Nacional dos Alienados. Na segunda internação, que foi mais duradoura, escreveu dois textos inacabados: *Diário do hospício* e o *Cemitério dos vivos*. Na primeira obra Lima descreve, como em um diário, a rotina do local em que viveu como inapto, um relato não ficcional. Já em *Cemitério dos vivos* o autor ficcionaliza uma história que se passa em sanatório do Rio de Janeiro, onde um personagem chamado Vicente Mascarenhas, internado por alcoolismo crônico, relembra de sua esposa e do filho que ficou abandonado. Claramente, Lima utilizou as anotações de *Diário do hospício* para criar o *Cemitério dos vivos*.

A história de Vicente é a de milhões de anônimos cujo destino deságua nas engrenagens do autoritarismo estatal: tem um sonho que não pode ser vivido, quer ser escritor, mas a carência financeira permite apenas que trabalhe naquilo que pode lhe render a garantia de sobrevivência sua e de sua família. A morte da esposa resulta em alcoolismo, e do alcoolismo crônico resulta a internação. Seu pai queria que se formasse e fosse “doutor”, ele não via sentido nestas possibilidades, mas a sociedade o empurrava para que assumisse o “seu lugar”, que não questionasse seu destino que já estava socialmente traçado. Mas Vicente não aceitava sua sina, questionava o porquê deveria fazer as coisas que esperavam dele (BARRETO, 2010, p. 145-150). Aos não conformados resta o claustro, conforme dito anteriormente. Este é o primeiro sinal do autoritarismo, não apenas do Estado, mas também da sociedade que o apoia e o legitima, para aquele que traça o destino de seus habitantes, questionar é tornar-se “diferente” e tornar-se apto a ser rechaçado.

Dentro do hospício, uma das primeiras observações de Vicente é de que há uma espécie de separação, uma triagem para os diferentes tipos de internos, dentre eles havia “o pavilhão de observação é uma espécie de dependência do hospício a que vão

ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes, antes de serem definitivamente internados” (BARRETO, p. 53). Vemos já a primeira intervenção do Estado junto à questão manicomial: é da polícia a obrigação de entregar “miseráveis e doentes” ao manicômio. A miséria é tratada como questão policial e não social e sua política pública para a questão é a internação em um hospital manicomial. Arbex também identifica a presença do Estado na figura da polícia e sua relação com o manicômio:

Além do trem, muita gente era enviada para o hospital de ônibus ou em viatura policial. Várias requisições de internação eram assinadas por delegados. Antes da construção do Colônia, muitos dos chamados loucos em Minas tinham como destino as cadeias públicas ou as Santas Casas (ARBEX, 2013, p. 25).

O personagem Vicente tem noção da gravidade que isto significa, e admite que é melhor que estas pessoas estejam no hospício do que nas mãos destes policiais:

Em si, a providência é boa, porque entrega a liberdade de um indivíduo, não ao alvedrio de policiais de todos os matizes e títulos, gente sempre pouco disposta a contrariar os poderosos; mas à consciência de um professor vitalício, pois o diretor do pavilhão deve ser o lente de psiquiatria da faculdade, pessoa que deve ser perfeitamente independente, possuir uma cultura superior e um julgamento no caso acima de qualquer injunção subalterna. (BARRETO, 1961, p. 53).

Apesar da excessiva fé nos “psiquiatras da faculdade”, vemos que a confiança no braço repressivo do Estado é nula, e até a internação seria melhor do que ficar a mercê dos policiais.

A grande ironia é que há, em pessoas consideradas sãs, características típicas de patologias que demonstram demência, sinais de verdadeira loucura em pessoas que estão fora do manicômio, policiais paranoicos e afetados:

Entretanto, tal não se dá, porque as generalizações policiais e o horror dos homens da Relação às responsabilidades se

juntam ao horror às responsabilidades dos homens do pavilhão, para anularem o intuito do legislador. A polícia, não sei como e porquê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente cáftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados. (BARRETO, 1961, p. 54)

Arbex deixa claro que a instituição manicomial tornou-se em pouco tempo um reduto de segregação, parte de um plano de faxina étnica, política e de costumes, um instrumento de planificação e de homogeneização da sociedade nos planos ético, moral e político. O manicômio

tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (ARBEX, 2013, p. 11).

Neste processo de separação e “higienização”, a principal ferramenta era a desumanização dos internos, impedindo-os de falarem, de terem opinião, de pensarem, de terem qualquer tipo de individualidade e identidade. Também podemos entender esse processo como a maneira encontrada pelos próprios funcionários para continuarem sua rotina institucional sem haver qualquer crise moral: se os maus tratos estão sendo praticados contra pessoas que se entende não pertencerem à categoria dos humanos, a relação de empatia desaparece, ficando mais suportável aplicar os choques elétricos e remédios que tinham como única finalidade controlar, castigar e intimidar os internos.

Arbex nos mostra as semelhanças na chegada do trem com os novos internos com os trens que chegavam aos campos de concentração:

Ao receberem o passaporte para o hospital, os passageiros tinham sua humanidade confiscada. Os recém-chegados à estação do Colônia eram levados para o setor de triagem. Lá, os novatos viam-se separados por sexo, idade e características físicas. Eram obrigados a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público. Todos passavam pelo banho coletivo, muitas vezes gelado. Os homens tinham ainda o cabelo raspado de maneira semelhante à dos prisioneiros de guerra. Após a sessão de desinfecção, o grupo recebia o famoso “azulão”, uniforme azul de brim, tecido incapaz de blindar as baixíssimas temperaturas da cidade. Assim, padronizado e violado em sua intimidade, seguia cada um para o seu setor. Os homens eram encaminhados para o Departamento B, e os que tinham condição de trabalhar iam para o pavilhão Milton Campos, onde, em razão dos pequenos dormitórios, ficavam amontoados, sendo obrigados a juntar as camas para que nem todos dormissem no chão. As mulheres andavam em silêncio na direção do Departamento A, conhecido como Assistência. Daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs. (ARBEX, 2013, p. 24).

Esta citação impressiona pela verossimilhança com relatos que temos do desembarque dos judeus nos campos de concentração. Podemos hipoteticamente raciocinar que o processo é sempre semelhante, não importa a situação, faz parte da desumanização dos indivíduos. A retirada de qualquer identificação permite que desapareçam todos os traços de individualidade, conforme vemos no trecho a seguir:

Nesta condição, viam-se despidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem alguém que as parisse. Outros recebiam a alcunha “Ignorado de Tal”. (ARBEX, 2013, p. 25).

Para desumanizar é preciso retirar qualquer identidade e individualidade, formando uma massa uniforme onde antes havia indivíduos humanos. Conforme dito

anteriormente, havia um projeto de nação em andamento, que não se limitava a questões econômicas, mas também sociais e morais.

Muitas ignoradas eram filhas de fazendeiros as quais haviam perdido a virgindade ou adotavam comportamento considerado inadequado para um Brasil, à época, dominado por coronéis e latifundiários. Esposas trocadas por amantes acabavam silenciadas pela internação no Colônia. Havia também prostitutas, a maioria vinda de São João del-Rei, enviadas para o pavilhão feminino Arthur Bernardes após cortarem com gilete os homens com quem haviam se deitado, mas que se recusavam a pagar pelo programa. (ARBEX, 2013, p. 25).

Lima Barreto compara as instalações em que ficou com elementos de uma prisão

É indescritível o que se sofre ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferro por todos os lados, com uma vigia gradeada, por onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali. (BARRETO, 1961, p. 54).

Esses elementos vão metamorfoseando o manicômio em uma cadeia, e os que ali estariam para serem tratados agora estão cumprindo pena por crimes desconhecidos. Vicente narra sua estadia naquele local não como quem está tratando uma doença, mas como quem está preso por ter cometido algum ato infracional, demonstrando o limite e a fronteira entre a violência implícita e a explícita do Estado. Violência implícita porque aquele não é local de punição judiciária ou cumprimento de pena e não é o que se espera de um hospital. O limite entre a função oficial e o que realmente ocorre dentro da instituição é externalizado pela comparação constante que Vicente faz do manicômio com uma prisão. Sobre a violência implícita, Lucas (1986, p. 7) explica que “o esquema de ocultação da violência se projeta no organismo social. A indústria cultural, por exemplo, é utilizada, nas sociedades contemporâneas, para tornar imperceptível a rede de restrições que limitam ou mutilam o homem no uso de sua liberdade” e que um dos modos de restrição é a física “confinando-as em celas,

hospitais psiquiátricos e assim por diante”. Lucas (1986, p. 9) esclarece que “só quando o confinamento de conduta simbólica ou socialmente informal fracassa, ou prova ser inadequado, recorre-se, ao confinamento físico, ou socialmente formal”, apontando para o fato de que o manicômio pode ser usado para corrigir condutas que socialmente são consideradas impróprias para determinados setores que detêm o poder, e que não puderam ser corrigidas através da restrição simbólica e social.

Para entender a violência simbólica e a violência implícita é preciso reconhecer a necessidade do Estado em praticar a violência. Citando Maffesoli, Lucas diz que “o poder ‘... está sempre presente no corpo social. Além disso, é frequente e fácil demais ligar a força e a violência à ação do poder” (MAFFESOLI, 1981, p. 22 *apud* LUCAS, 1987, p. 9). É por estar presente em toda a sociedade que o Estado precisa ter o monopólio da violência, legitimando-a, só a violência do Estado é legal e legítima. Para evitar possíveis revoltas e utilização massiva de violência o estado divide seu uso em níveis diferentes como forma de intimidação e aviso, também objetiva sempre atingir graus mais implícitos de violência quanto mais democrático for o regime, porém em momento algum a violência se extingue. Indo da violência mais implícita e simbólica, como a coerção por meios educacionais e sociais, até a violência explícita e mais brutal, mesmo em regimes tidos como democráticos, conforme a necessidade da situação graus mais explícitos de violência podem ser utilizados. Precisamos lembrar que, no caso específico de Lima Barreto, não se trata de um regime de exceção: seu romance se passa durante os primeiros anos do século XX, na chamada República Velha, mas já é sabido que se tratava de uma “democracia” oligárquica, feita apenas para alguns afortunados que comandavam o país e seus asseclas. Para a massa da população em nada mudou a vida e suas condições na passagem do regime monárquico para o republicano, que em muito se assemelhou a uma ditadura. (CARVALHO, 1987, p. 15-41).

A obra *Cemitério dos vivos* é caracterizada por ser um romance em que há uma possível resistência sutil do escritor. Ele foge da característica dos outros romances do autor carioca, que não raras vezes é considerado pela crítica como sendo engajado e panfletário.

Segundo Albuquerque (2001, p. 29) o livro *Recordações do escrivão Isaias Caminha* foi uma decepção porque foi

produto de denúncias e rixas pessoais, com descrições pormenorizadas de pessoas conhecidas, realizada de forma deprimente, “é menos um romance que panfleto. E o resultado é que assim fica sendo um mal romance e um mal panfleto”. Albuquerque critica o escritor carioca porque este utilizaria de situações reais para compor sua obra, realizando ataques pessoais a quem lhe desagradava, criando personagens facilmente identificáveis da vida cotidiana. E completa “é um mau panfleto, porque não tem a coragem do ataque direto, com os nomes claramente postos e vai até a insinuações a pessoas que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar”. (COSTA, 2015, p. 16 *apud* ALBUQUERQUE, 2001, p. 29).

Nesta obra, vemos um movimento de “resignação” do protagonista, que segue direção contrária às obras iniciais de Lima Barreto. A palavra “resignação” é constantemente repetida ao longo do romance, em momentos chave: resistir, revoltar-se, lutar não é o tom desta obra. Vicente Mascarenhas aceita sua posição naquele lugar, culpa a si mesmo por estar lá, e diz que ali está mais seguro:

Era o bastante que me ordenassem segui-lo, em nome do poderoso chefe de polícia, eu obedeceria incontinenti, porquanto estou disposto a obedecer tanto ao de hoje como ao de amanhã, pois não quero, com a minha rebeldia, perturbar a felicidade que eles vêm trazendo à sociedade nacional, extinguindo aos poucos o vício e o crime, que diminuem a olhos vistos. [...] Jamais pensei que tal coisa me viesse acontecer um dia; hoje, porém, acho uma tal aventura útil, pois temperou o meu caráter e certifiquei-me capaz de resignação. (BARRETO, 1961, 54).

Podemos entender que há uma ironia na fala resignada do personagem, esta obediência e esta resignação podem ser parte da estratégia irônica do escritor. A sutileza está no fato de que, além da hipótese da ironia, é possível supor uma fase mais resignada do escritor carioca (devido ao processo de amadurecimento como escritor?) – traços desta resignação são encontrados em seus últimos livros *Marginália*, *Impressões de leitura* e *Vida urbana*. Esta dubiedade interpretativa do romance permanece do início ao fim, uma resignação que, em certos momentos, ganha ares de uma suposta resistência irônica a si mesmo e não a um ideal, como na passagem “...

acho uma aventura útil, pois temperou o meu caráter...” (Idem). Para que o personagem quer “temperar” seu “caráter”? Para resistir ou para aceitar sua situação? Para aguentar as agruras da rotina manicomial? Se a intenção é resignar-se basta se entregar. Não é preciso “temperar o caráter” para resignar-se. Há um jogo entre a resignação e traços de resistência, mas uma resistência a si mesmo, à tentação do ódio, da vitimização, e do rancor: Vicente não acusa nenhuma autoridade por sua internação, sequer se revolta com isso, mas há uma vontade de resistir à própria derrota, um movimento de não permitir entregar-se ao desespero.

A resistência não é contra o Estado que o colocou naquele local, mas uma tentativa de manter a sanidade e encontrar lógica e racionalidade em toda aquela situação. Não adequar-se aos padrões exigidos por parte da sociedade traz culpa, pois o que se quer é integrar-se a ela:

Sofri, com resignação e, como já disse, às vezes mesmo com orgulho, o que poderia parecer a outrem humilhação. Esqueci-me da minha instrução, da minha educação, para não demonstrar, com uma inútil insubordinação, como que uma injúria aos meus companheiros de Desgraça. Não reclamei; não reclamo e não reclamarei; conto unicamente. (BARRETO, 1961, p. 56).

O que encontramos nos relatos tanto da jornalista Daniela Arbex quanto no romance do escritor carioca Lima Barreto é o Estado demonstrando sua visão de mundo e de certa forma a visão de mundo de grande parte da sociedade da época, que em momento algum protestou contra o tratamento dispensado aos internos. A violência do Estado teve várias faces, seu autoritarismo se manifestou em diversas ocasiões. Uma destas ocasiões foi a utilização de unidades manicomiais como um filtro social e político, relegando ao ostracismo manicomial todos aqueles que perturbavam a criação de um modelo social homogêneo e hegemônico, fazendo de uma grande parcela da população um problema a ser superado.

O manicômio “Colônia”, de Barbacena, resistiu da década de 20 até os anos 2000, fabricando quase 60 mil mortos, conforme diz Arbex (2013), entre presos políticos e enjeitados sociais. Já Lima Barreto morreu devido ao álcool que o levou

duas vezes ao manicômio, e seu *Cemitério dos vivos* foi praticamente esquecido até a década de 1970, redescoberto pelo escritor carioca João Antônio.

Arbex e Lima têm em comum a vontade de chamarem a atenção para o terrível “desejo da nação”, onde a maioria de seus habitantes não tem lugar, restando-lhes apenas o triste destino de serem expurgados por diversos filtros excludentes construídos em várias instâncias da república, entre eles os hospitais manicomiais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Medeiros. Crônica literária. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881 – 1922)*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975.
- BARRETO, Lima. *Correspondência: ativa e passiva*. 1º tomo. Prefácio de Antônio Noronha. São Paulo: Brasiliense, 1956. V. XVI.
- _____. *Diário do hospício* (Apontamentos). In: _____. *O cemitério dos vivos. Memórias*, 2. ed. 1961.
- _____. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- COSTA, Fabiano da Silva. *Lima Barreto: o Brasil sob a ótica do Dr. Bogóloff*. -- São José do Rio Preto, 2015 131 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2015.
- FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: Imagem e linguagem*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- GINZBURG, Jaime. “Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 21. Brasília, janeiro/junho de 2003, pp. 129-42.
- LUCAS, Fábio. “Apresentação”. In: ____ (Org.) *Contos da repressão*. Rio de Janeiro: Record, 1987. P. 07 – 16.
- MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psic. Clín. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 65 – 82, 2008.
- SILVA, Maurício. *A resignação dos humildes: estética e combate na ficção de Lima Barreto*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SILVA, Pedro Reis Lima Mendes da. *A presença de Lima Barreto no acervo João Antônio*. Patrimônio e Memória, CEDAP-UNESP-FCLAs, v. 1, n. 2, 2005.

ZARFEG, A. Lima Barreto e a alma carioca. *Revista de literatura e arte*. Dez. v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.germinaliteratura.com.br/2017/literatura_dez17_azarfeg.htm>. Acesso em: 18 mar. 2018.

Recebido em: 11/02/2018

Aceito em: 18/06/2018